

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Governo estuda acabar com o horário de verão](#) 5

O Estado de S. Paulo

[Título: O preço do voto](#) 11

[Título: Reformas ajudarão próximo governo, diz Meirelles](#)..... 11

[Título: STJ libera leilão de quatro usinas da Cemig](#) 12

Correio Braziliense

[Título: Ministro: "Mariana foi fatalidade"](#) 18

Valor Econômico

[Título: Petrobras espera receber mais de US\\$ 12 bi por cessão onerosa, diz MME](#) 21

[Título: Governo pensa em separar privatização da Eletrobras e nova regulação em duas MPs](#)
..... 23

[Título: Presidente retoma agenda com deputados e libera emendas](#)..... 24

[Título: Linhas da Abengoa serão relicitadas pelo governo](#) 28

[Título: União vence no STJ, Cemig no STF e leilão é mantido para dia 27](#) 29

[Título: Mineradoras reclamam de timidez das reformas legais](#)..... 33

[Título: Propostas parlamentares ameaçam criar obstáculos ao setor](#)..... 34

[Título: Bolsa bate 76 mil pontos apesar de Fed](#) 40

Sumário

VEÍCULO: O Globo	4
Título: BC americano sinaliza alta de juros este ano	4
Título: Governo estuda acabar com o horário de verão	5
Título: À prova de políticos	6
Título: Estado quer tirar verba do meio ambiente para a segurança	7
Título: STJ autoriza leilão de usinas da Cemig	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Brasil na seca, luz mais cara	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: O preço do voto	11
Título: Reformas ajudarão próximo governo, diz Meirelles	11
Título: STJ libera leilão de quatro usinas da Cemig	12
Título: Sociedade de Vale e BHP na Samarco estaria no fim	14
Título: Grupo quer mais carros elétricos no País	14
Título: 'Pré-sal é onde todo mundo quer estar'	16
VEÍCULO: Correio Braziliense	18
Título: Ministro: "Mariana foi fatalidade"	18
Título: Usinas da Cemig vão a leilão	20
VEÍCULO: Valor Econômico	21
Título: Petrobras espera receber mais de US\$ 12 bi por cessão onerosa, diz MME	21
Título: Governo pensa em separar privatização da Eletrobras e nova regulação em duas MPs	23
Título: Presidente retoma agenda com deputados e libera emendas	24
Título: Flexibilização do conteúdo local divide opiniões de fornecedores	26
Título: Linhas da Abengoa serão relicitadas pelo governo	28
Título: União vence no STJ, Cemig no STF e leilão é mantido para dia 27	29
Título: Vale espera rapidez e ganhos com centro de operação integrada	31
Título: Mineradoras reclamam de timidez das reformas legais	33

Título: Propostas parlamentares ameaçam criar obstáculos ao setor.....	34
Título: Petrobras vai analisar recondução de Elek	36
Título: Curta.....	37
Título: Thyssen e Tata unem divisões siderúrgicas	37
Título: Total quer ser grande em gás natural no país	39
Título: Bolsa bate 76 mil pontos apesar de Fed	40

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: ANA PAULA RIBEIRO****Título: BC americano sinaliza alta de juros este ano**

Mercado prevê aumento em dezembro. Em outubro, Fed começará a enxugar seus ativos, hoje em US\$ 4,5 tri

SÃO PAULO, WASHINGTON E NOVA YORK - O dia ontem nos mercados acionários globais foi marcado pela expectativa em torno das declarações da presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos), Janet Yellen, ao encerramento de mais uma reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc, na sigla em inglês) sobre a taxa básica de juros do país. Já se contava com a manutenção dos juros na faixa entre 1% e 1,25% ao ano: o que os agentes financeiros buscavam era uma pista sobre futuras altas. E o Fomc sinalizou que haverá um aumento nos juros ainda este ano — provavelmente na reunião de dezembro, quando também haverá um pronunciamento de Yellen. Em 2018, devem ocorrer três elevações. Isso fez o dólar ganhar força em escala global. O Dollar Index, calculado pela Bloomberg, que mais cedo operou em queda, avançava 0,76% próximo ao horário de encerramento dos negócios no Brasil. Além disso, já no mês que vem, o Fed começará a reduzir seus ativos, que atingiram US\$ 4,5 trilhões com a compra de títulos para estimular a economia americana.

O programa foi adotado depois da crise financeira iniciada em 2008, quando os juros foram derrubados a zero. Yellen frisou que, “de maneira gradual e previsível”, o Fed vai deixar de fazer a rolagem dos títulos que estão em seu poder. Entre outubro e dezembro, serão US\$ 6 bilhões por mês, passando então a US\$ 10 bilhões por mês. O Ibovespa, principal índice da B3 (ex-BM&FBovespa), fechou estável, com leve alta de 0,03%, aos 76.004 pontos. O índice não encerrou em queda graças às ações da Petrobras, que subiram fortemente — as preferenciais (PN, sem direito a voto) avançaram 4,82%, a R\$ 15,87, e as ordinárias (ON, com voto) tiveram alta de 3,80%, a R\$ 16,38, após o **Ministro De Minas E Energia, Fernando Coelho Filho**, afirmar que a União pode ter de devolver US\$ 12 bilhões à estatal. Já o dólar comercial recuou 0,19%, a R\$ 3,131. — A manutenção dos juros já era esperada, mas surpreendeu o gráfico que mostra que a maior parte dos membros do Fed espera uma alta dos juros neste ano. Havia uma expectativa de que isso não ia ocorrer devido a dados mais fracos da economia — explicou Luciano Rostagno, estrategista chefe do Mizuho Bank.

A indicação de mais um aumento dos juros gerou um forte movimento de ajuste nos contratos futuros e elevou a probabilidade de nova alta de cerca de

50% para mais de 70%, segundo o FedWatch Tool, elaborado pela Bolsa de Chicago para monitorar as expectativas sobre a taxa básica da economia americana. Em Nova York, o índice Dow Jones encerrou em alta de 0,19%, enquanto o S&P, mais amplo, avançou apenas 0,06%. A Bolsa eletrônica Nasdaq, por sua vez, recuou 0,08%. Yellen afirmou que a economia americana está no caminho da recuperação, o que permitirá ao Fomc fazer elevações graduais — termo bastante usado por ela em seu pronunciamento —, ainda que o impacto dos furacões Harvey, Irma e Maria vá retardar a recuperação de alguns estados. O Fed elevou sua projeção para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, de 2,2% para 2,4%. As estimativas para 2018 permaneceram em 2,1%, mas, para 2019, passaram de 1,9% a 2%.

INFLAÇÃO BAIXA, 'UM MISTÉRIO'

A presidente do Fed ressaltou que o mercado de trabalho vem se fortalecendo. Mas admitiu que o fato de o núcleo da inflação — que exclui os preços de energia e alimentos, mais voláteis — persiste em ficar abaixo da meta da autoridade monetária, que é de 2%. As projeções para este ano chegaram a recuar, de 1,7% para 1,5%. Para Yellen, o comportamento da inflação é “um mistério”. — Não posso dizer que o Comitê compreenda com clareza quais são as causas — afirmou. Os países desenvolvidos têm registrado este fenômeno. As economias voltaram a crescer, recuperando-se da crise financeira global, mas os índices de inflação permanecem baixos. A teoria econômica sempre apontou uma relação entre crescimento e inflação: uma economia aquecida puxa os preços para cima. Não é o que tem sido visto nos EUA e na Europa, porém.

— Yellen tem confiança na teoria de que uma economia em pleno emprego acaba resultando em uma inflação maior — disse à Bloomberg Chris Rupkey, economista-chefe do Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ em Nova York. — Uma inflação muito baixa não é algo que vá preocupar uma pessoa experiente como ela. Ao responder perguntas de repórteres após seu pronunciamento, Yellen assegurou que, se houver uma deterioração das condições econômicas, há espaço para mudança na política monetária, inclusive com corte de juros. Mas não deu pistas sobre um segundo mandato à frente do Fed.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Governo estuda acabar com o horário de verão

Estudo mostra que medida tem efeito limitado para economia de energia

-BRASÍLIA -- O governo estuda acabar com o horário de verão. O assunto está em avaliação na Casa Civil e caberá ao presidente Michel Temer bater o martelo. A intenção da equipe envolvida nas discussões é decidir sobre o tema nas próximas semanas, já que a vigência do horário está prevista para começar em outubro e ir até fevereiro. O horário de verão foi criado para economizar energia elétrica enquanto está em vigor. Um estudo do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e do **Ministério de Minas e Energia** concluiu, no entanto, que essa política tem efeitos quase neutros no consumo de eletricidade. Ou seja, seu principal objetivo não é mais atingido. Foi a partir daí que o assunto passou a ser analisado por outros entes do governo. A avaliação é que os meses em que a maior parte do país adianta o relógio em uma hora já fazem parte dos costumes e da cultura do brasileiro.

Por isso, a decisão que vier a ser tomada levará em conta também esse aspecto, além da capacidade de economizar energia. Entre os técnicos que defendem manter o horário, o argumento é que ele pode ser positivo para setores como comércio e turismo. Isso porque as pessoas têm mais uma hora para consumir. A Casa Civil informou que foi criado um grupo de trabalho especialmente dedicado a analisar a eficácia do horário de verão, após a conclusão dos estudos técnicos. Disse, ainda, que uma decisão deve sair “em breve”, mas não deu prazo. O estudo do ONS e do ministério constatou que a “adoção desta política pública atualmente traz resultados próximos à neutralidade para o consumidor brasileiro de energia elétrica, tanto em relação à economia de energia, quanto para a redução da demanda máxima do sistema”.

MUDANÇA DO PERFIL NO BRASIL

O estudo atribui esse resultado a “mudanças no perfil” da sociedade. No passado, quando o horário era mais eficiente, as pessoas e empresas eram estimuladas a encerrarem suas atividades do dia com a luz do sol ainda presente, evitando que muitos equipamentos estivessem ligados quando acionada a iluminação noturna. A mudança do perfil do brasileiro, porém, alterou as características do consumo. Muita gente deixou de ter um horário tradicional de trabalho, chegando em casa já à noite. Além disso, principalmente nas tardes de verão, o uso de equipamentos como o ar-condicionado foi intensificado. (Manoel Ventura)

VEÍCULO: O Globo

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: À prova de políticos

A BR Distribuidora será a primeira estatal do país a ter membros do Conselho de Administração escolhidos por meio de lista tríplice feita por um headhunter, o chamado caça talentos. A mudança consta do estatuto que está sendo preparado para a oferta de ações da empresa.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio

Autor: LUIZ ERNESTO MAGALHÃES

Título: Estado quer tirar verba do meio ambiente para a segurança

Proposta é mudar destino de parte dos recursos do pré-sal

O governador Luiz Fernando Pezão vai propor à Alerj uma mudança na Constituição estadual para destinar à segurança pública parte dos recursos dos royalties do pré-sal que hoje vão para o Fundo de Conservação Ambiental (Fecam). Ontem, sem dar detalhes de onde viriam os recursos, Pezão disse ao “RJ-TV”, da Rede Globo, que a verba reforçaria o Fundo Estadual de Segurança Pública (Funessp).

A origem do dinheiro foi confirmada por fontes que atuam no Palácio Guanabara. O Fecam recebe hoje 5% do pós-sal e 10% do pré-sal. A ideia é destinar 5% do pré-sal para a segurança, deixando a outra parte para o Fecam. Apenas em 2016, 181,9 milhões, sendo R\$ 118,2 milhões do pré-sal, foram para o fundo ambiental.

APROVAÇÃO DEPENDE DE 42 VOTOS

O projeto do Executivo será enviado à Alerj nos próximos dias e precisará do apoio de 42 dos 70 deputados para ser aprovado. A ideia é usar os recursos não apenas para equipar os órgãos de segurança mas também implantar projetos de cunho social em comunidades carentes, principalmente naquelas onde já foram instaladas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

O argumento que o governo usará para tentar aprovar o projeto é que esses recursos não farão falta para a área ambiental, porque o estado espera que, nos próximos anos, a produção de petróleo do pré-sal aumente, garantindo mais receitas de royalties provenientes dessa fonte.

A hipótese de usar royalties que não sejam do Fecam está descartada. Isso porque o restante dos recursos, tanto do pré-sal quando do pós-sal que o estado tem a receber nos próximos anos, está comprometido para cobrir despesas do Rioprevidência. A lei que criou o Funessp é de 1997 e prevê, como

possíveis fontes, verbas do próprio orçamento, arrecadação com multas e doações de pessoas físicas e jurídicas.

No entanto, o fundo não recebe aportes pelo menos desde 2014. Nesses quatro anos, a secretaria de Segurança gastou cerca de R\$ 2 bilhões (até este mês) diretamente do Tesouro. Caso a proposta seja aprovada, essa não seria a primeira vez que a área ambiental perderia parte da verba do pré-sal para outros projetos.

Segundo o deputado estadual Carlos Minc (sem partido), durante o governo de Rosinha Garotinho (1993-1996), os recursos do pré-sal para o fundo caíram de 20% para 5%. Anos depois, a Alerj aprovou uma nova emenda à Constituição fixando o percentual em 10%.

Para o professor da Escola Federal de Química e da Coppe/UFRJ Luís Eduardo Duque Dutra, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a expectativa que o estado tem de um incremento das receitas dos royalties nos próximos anos ainda é uma incógnita. Ele observou que não é possível prever se o preço do petróleo voltará a aumentar nos próximos anos.

— Hoje, a extração do pós-sal na Bacia de Campos já está “madura”. Ou seja, a produção tende a cair. Na verdade, a exploração do pré-sal tende a compensar essa queda — disse o especialista. A proposta de Pezão divide opiniões na Alerj. A presidente da Comissão de Segurança e Assuntos da Polícia, Martha Rocha (PDT), é a favor. Ela defende que os recursos adicionais sejam direcionados principalmente para treinar e equipar os policiais. — Os royalties do pré-sal são uma fonte relativamente estável de arrecadação.

E a Segurança Pública precisa de mais recursos. Recentemente, fizemos uma audiência pública na Alerj, durante a qual a PM informou que 48% das viaturas que servem às UPPs estão paradas devido a defeitos — disse Martha.

O deputado Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) acha que Pezão terá dificuldades para aprovar o projeto: — O governo, hoje, não tem apoio suficiente para emendar a Constituição. E essa proposta não resolve as necessidades do estado. Vai vestir um santo (a segurança) para despir outro (a área ambiental).

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: STJ autoriza leilão de usinas da Cemig

Com decisão, disputa pelas hidrelétricas está marcada para a próxima quarta-feira

BRASÍLIA- A presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz, atendeu ao pedido do governo e derrubou ontem a decisão da Justiça de Brasília que impedia a realização do leilão de quatro usinas hidrelétricas operadas atualmente pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Com a decisão, o certame está confirmado para o dia 27 deste mês. A decisão do STJ representa um alívio para governo, que espera arrecadar R\$ 11 bilhões com concessão. O valor é fundamental para fechar as contas deste ano, mesmo após o rombo ser ampliado de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões. O leilão prevê a concessão por 30 anos das usinas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande. Juntas, essas hidrelétricas têm capacidade para gerar 2,9 gigawatts de energia, o que representa cerca de 50% do parque gerador da estatal mineira.

PREJUÍZO AO AJUSTE DE CONTAS

Ao atender ao pedido do governo, a ministra considerou o fato de que os valores que podem ser arrecadados com o leilão já foram computados como receita prevista para o ano de 2017 pela equipe econômica e que a manutenção da liminar acarretaria prejuízo ao “urgente e necessário” aumento da arrecadação, podendo comprometer o ajuste das contas públicas. A licitação é alvo de uma disputa judicial entre a Cemig e o governo federal. A estatal de Minas alega que o contrato dessas usinas prevê renovação automática das concessões por 20 anos. Por isso, pediu à Justiça para continuar operando as hidrelétricas. O governo, por outro lado, diz que a Cemig optou por não prorrogar as concessões das usinas nos moldes previstos em uma lei de 2013, preferindo judicializar a questão. Além disso, alega que cabe à União decidir se renova ou não os contratos.

RISCO À ARRECADAÇÃO PREVISTA

Toda a discussão jurídica em torno da concessão pode colocar em risco a capacidade de arrecadação prevista. O assunto está no Supremo Tribunal Federal (STF). O julgamento chegou a ser marcado, mas foi adiado a pedido do próprio governo. Por pressão política da bancada de Minas Gerais, a equipe econômica passou a negociar com a Cemig para que a empresa pagasse os valores e continuasse a operar as hidrelétricas. Essa negociação, no entanto, foi barrada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que viu riscos de um acordo paralelo prejudicar o leilão. A Cemig não comentou a decisão do STJ. A companhia ainda aposta, porém, em uma decisão do STF para suspender o leilão e poder retomar a negociação direta com o governo federal. A estatal alega ser “infundada” a afirmação de que a tentativa de acordo coloca em risco

do processo de leilão e que a conciliação é a melhor forma de resolver o conflito.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunista

Autor: Vinicius torres freire

Título: Brasil na seca, luz mais cara

O tempo não está bom. Trata-se aqui da falta de chuvas, não do dilúvio de lixo político. Os reservatórios das usinas hidrelétrica estão nos níveis mais baixos deste século, que teve o apagão de 2001 e a estiagem crítica de 2014-15, quando até São Paulo quase ficou sem água.

O Nordeste está no sexto ano de seca, tida como a maior em um século, tão longa quanto o horror de 1910-1915 ("O Quinze", de Rachel de Queiroz, lembra o ano triste da seca de 1915). O nível dos reservatórios da região, em 10,6% agora em setembro, está abaixo do registrado no setembro de 2001, ano do racionamento (12%).

O Sudeste tem a terceira pior marca do século, 28,4% (ante 25% no setembro da estiagem de 2014 e 21% no ano do apagão de FHC).

Nesta quarta-feira, o governo autorizou a importação de energia da Argentina e do Uruguai. Não, não se trata de risco de racionamento, favor prestar atenção.

O Brasil depende algo menos de energia de hidrelétricas. Em 2000, 94% da geração da eletricidade vinha dessas usinas e praticamente não havia alternativas de fontes; no ano passado, 73%. Os entendidos dizem que o sistema seria atualmente mais seguro (há mais linhas de transmissão, mais alternativas de geração, administração melhor etc.).

No entanto, há gente no governo que defende uma campanha de racionalização do consumo, como se cogitou na seca de 2014 no governo Dilma Rousseff, ideia vetada pela própria presidente. Os responsáveis pelo setor elétrico são a favor da campanha pelo consumo consciente. É uma atitude responsável, até porque o Brasil ainda desperdiça muita eletricidade. O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, disse tal coisa em público (segundo o jornal "Valor").

No governo de fato, ainda se considera "alarmismo" tratar do assunto, pelo menos até dezembro. No Sudeste/Centro-Oeste, com 70% da capacidade de armazenamento, o dito período úmido inicia em novembro.

Por enquanto, de mais concreto, há apenas o risco de que volte a "bandeira vermelha", cobrança extra de até R\$ 3,50 pelo consumo de 100 kWh, e a

autorização para importar eletricidade. O Brasil vai comprar energia apenas a fim de economizar água dos reservatórios, caso a seca perdure. Por ora, as estimativas são de que deve voltar a chover normalmente a partir de outubro.

Feitas todas essas ressalvas, o fato é que há incômodo, talvez aperto, mesmo em um país em que a renda per capita terá regredido por quatro anos. Nesta década, o consumo de eletricidade em geral cresceu mais do que o PIB nos anos positivos e baixou em ritmo muito menor que o da atividade econômica em 2015 e 2016. Há alguma gordura, reservas de energia, mas de eletricidade mais cara, ainda mais em caso de seca prolongada.

O governo está para editar leis e medidas que vão mexer profundamente na ordem do setor elétrico (um projeto de liberalização ampla do mercado). Não sabemos o que será do investimento no setor, dada a penúria do governo e das estatais (se sobrar estatal e BNDES no pedaço). As novas fontes do financiamento da expansão da infraestrutura ainda são nebulosas.

Foi em um momento assim de transição, final dos anos 1990, que se gestou o desastre do apagão de 2001. Não é destino, claro, mas é bom tomar tento.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Sonia Racy

Título: O preço do voto

Direto da Fonte

Babelândia

Enquanto o **Ministro Fernando Coelho Filho** falava ontem a investidores, em NY, dos progressos no reflorestamento na Amazônia, Marina Silva fazia discurso oposto na Universidade de Columbia. O ministro anunciou 20% de queda no desmatamento entre 2016 e 2017 e Marina sustentou que, mesmo assim, ele cresceu 38% de 2012 até hoje. O Ministério divulga novos dados... em outubro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Cláudia Trevisan

Título: Reformas ajudarão próximo governo, diz Meirelles

O partido que vencer a eleição presidencial de 2018 vai se beneficiar das reformas promovidas pela atual administração, disse o ministro da Fazenda,

Henrique Meirelles, respondendo a uma das principais dúvidas de investidores reunidos em seminário sobre o Brasil em Nova York: qual a garantia de que as mudanças serão mantidas pelo sucessor de Michel Temer.

“Todos os partidos que pretendem, esperam ou estão trabalhando para ser parte do próximo governo vão se beneficiar das reformas, em particular com a da Previdência, porque eles não terão de enfrentar esse problema”, afirmou Meirelles no evento, promovido ontem pelo jornal Financial Times.

Indagado sobre o efeito dos escândalos de corrupção no andamento das reformas, o ministro observou que o governo está mantendo sua direção. Falando logo depois do ministro, o presidente reiterou o compromisso de seu governo com as reformas. “Nós temos convicção e não nos falta disciplina, não nos falta disposição para o diálogo”, afirmou Temer, que não mencionou as investigações de corrupção nem a crise política que o Brasil atravessa.

Revisão.

Segundo o presidente, os privilégios garantidos pelo atual sistema previdenciário causam “instabilidade social” e devem ser revistos. “Temos no Brasil uma diferença muito grande não só na idade da aposentadoria, mas em privilégios.” Temer disse que a “recessão ficou para trás” e destacou os indicadores que mostram queda na inflação, nos juros e no desemprego.

O presidente também afirmou que as estatais passaram a ser administradas por técnicos, o que refletiu em sua performance. “A Petrobrás, que até um tempo atrás era um palavrão, aumentou seu valor de mercado em 100%, 120%.”

Além de Meirelles, estavam no evento o ministro de **Minas e Energia, fernando coelho filho**, e os presidentes do BNDES, Paulo Rabello de Castro, e da Petrobrás, Pedro Parente. Temer lembrou que assumiu o governo em meio à mais grave crise econômica do Brasil, cuja origem principal era o desequilíbrio fiscal. Esse é o principal alvo das reformas propostas por seu governo, ressaltou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Rafael Moraes Moura Anne Warth

Título: STJ libera leilão de quatro usinas da Cemig

Licitação está marcada para 27 de setembro; governo conta com os R\$ 11 bilhões da venda para cumprir meta fiscal

O governo federal não tem mais nenhum impeditivo para realizar o leilão das quatro usinas da Cemig. Ontem, a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz, derrubou uma liminar do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região (TRF-1) que suspendia o leilão das hidrelétricas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande. A licitação está marcada para a próxima quarta-feira.

A briga judicial da Cemig com a União está no centro do debate sobre o cumprimento da meta fiscal deste ano. A equipe econômica incluiu nas contas de 2017 a previsão de arrecadar R\$ 11 bilhões com a venda das usinas. Em sua decisão, a ministra Laurita Vaz disse que a suspensão da licitação prejudicaria o ajuste das contas públicas. Para a ministra, não houve ilegalidade por parte da União nos procedimentos referentes ao leilão das usinas.

Na avaliação dela, é “notório” que os contratos de concessão dos empreendimentos foram encerrados. “Também está caracterizada a grave lesão à economia pública, porquanto os valores oriundos do leilão suspenso pela decisão impugnada já foram computados como receita prevista para o ano de 2017”, diz a decisão. “Sendo assim, mantida a liminar, fica claro o prejuízo ao ajuste das contas públicas (uma vez que seria retirada essa previsão de receita), bem como ao urgente e necessário aumento da arrecadação”, concluiu Laurita Vaz.

A decisão do STJ reverte uma liminar do TRF-1, de autoria do advogado Guilherme da Cunha, que havia ajuizado ação popular contra a União e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Segundo o advogado, a previsão de arrecadar R\$ 11 bilhões com o leilão ignorava a indenização devida à Cemig e desvalorizava o patrimônio da União. Na ação, a defesa alega que as usinas valeriam, na verdade, R\$ 18 bilhões.

O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, disse que o leilão é fundamental para reduzir o déficit fiscal. “O leilão é muito importante para o equilíbrio fiscal. A receita está programada para se materializar no fim do ano. Para o governo, é uma questão fundamental que essa receita efetivamente se materialize”, disse.

Além da derrubada da liminar pelo STJ, o governo esperava que o Supremo Tribunal Federal (STF) encerrasse a discussão sobre as usinas antes da data do leilão. Porém, é pouco provável que haja tempo hábil para que isso ocorra até a próxima semana.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Colunas**Autor:****Título:** Sociedade de Vale e BHP na Samarco estaria no fim

Coluna do Broadcast

O casamento entre as mineradoras Vale e BHP Billiton como sócias na Samarco parece estar por um fio. Depois da tragédia em Mariana (MG) e há dois anos com a operação parada, o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, tem dado sinais de que o fim da parceria é iminente. Em evento da Previ, ontem, no Rio, o executivo, com o cuidado de não citar nomes, disse a uma plateia de 500 pessoas que uma empresa controlada por acionistas que são concorrentes no mercado é um exemplo de “governança inviável”. Nesse caso, qualquer semelhança com a realidade não é mera coincidência. Em recente almoço com analistas, ele já havia dito que a questão da governança na Samarco “tanto poderia ser resolvida com a venda da parte da Vale para a BHP ou da BHP para a Vale”.

» Com a palavra. Em nota, Schvartsman esclareceu que o modelo de governança da Samarco pode ser inviável, mas que “já existe”. Reiterou que sua fala se referia a “novas associações” e que no caso da Samarco “ninguém pode forçar uma solução”. “Portanto, o divórcio não está perto ou longe”, reforçou.

» Desistiu. O ex-diretor da Vale Roberto Castello Branco desistiu de disputar uma vaga no conselho de administração da mineradora. A assembleia de acionistas, marcada para 18 de outubro, elegerá pela primeira vez membros independentes.

» Conflitante. Apesar de sua experiência no setor de mineração e na própria Vale, o economista entendeu que a independência de sua candidatura poderia ser contestada. Isso porque ele é conselheiro da Invepar, na qual parte dos controladores são fundos de pensão (Previ, Petros e Funcef) que integravam a Valepar – holding que reunia os controladores da Vale – e ainda detêm participação expressiva na companhia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia**Autor:** Cleide Silva**Título:** Grupo quer mais carros elétricos no País

Iniciativas vão do lançamento até o fim do ano de uma rede de postos de recarga a projetos para produção do primeiro ‘carro verde’ no Brasil

Um grupo de empresas dos setores de energia, automotivo, tecnologia e de postos de combustível se prepara para uma ofensiva em prol dos carros elétricos e híbridos no Brasil. A visão do grupo é que o País não pode ficar muito atrás na eletrificação automotiva caso queira se integrar às diretrizes da indústria global.

Uma das ações será o lançamento, até o fim do ano, de uma rede de postos de recarga rápida, que permite que 80% da bateria seja carregada em até meia hora. O grupo também aguarda anúncio da produção do primeiro carro elétrico no País.

O movimento ocorre num momento em que governos e várias montadoras da Europa, China e Estados Unidos anunciam planos ambiciosos de eletrificação de suas frotas e estabelecem prazos para encerrar a produção de veículos a combustão, principalmente para atender metas de emissão de poluentes.

A discussão de como tornar viável o mercado de carros não poluentes também é tema do Salão de Veículos Elétricos, de hoje a sábado no Expo Center Norte, em São Paulo. No evento, organizado pela Associação Brasileira de Veículos Elétricos (ABVE), visitantes podem testar elétricos vendidos no País.

O Rota 2030 – nova política industrial para o setor automotivo, com duração de 15 anos – deve estabelecer regras para incentivar a venda de elétricos e híbridos no País, mas isso talvez não ocorra na primeira fase do programa, que deve ser anunciada no início de outubro.

“A discussão é complexa e deve ficar para o médio prazo”, disse Luiz Miguel Batuir, do Ministério da Indústria (Mdic). Há três semanas foi criado um grupo com representantes do governo e empresas para avaliar a inserção brasileira nessa mudança tecnológica que abre caminho para os autônomos.

Produção.

Várias empresas aguardam a decisão do governo para confirmar projetos. As montadoras chinesas BYD e Chery anunciaram intenção de produzir carros elétricos no País. A japonesa Toyota tem projeto para o híbrido Prius. Alegam, porém, que investimentos só se justificam para produção de 3 mil a 5 mil unidades ao ano. E demanda, dizem, se cria com incentivos, como ocorre nos outros países.

O presidente da Chery, Luis Curi, disse que o grupo deve concluir em 2018 estudo de viabilidade para a produção local do compacto QQ elétrico.

“Dependendo do resultado poderemos iniciar a montagem em 2019, primeiro para frotistas e taxistas”. A BYD, fabricante de ônibus elétricos em Campinas (SP), iniciará em outubro a venda do sedã elétrico e5, importado da China. Vai custar cerca de R\$ 220 mil.

“Se tiver volume que justifique, vamos produzir no Brasil”, disse Adalberto Maluf, diretor da empresa. A marca já trouxe ao País 50 minivans e6 para taxistas. Recentemente, entregou um e5 e um e6 para a Guarda Civil de São Paulo. Segundo ele, a BYD mantém 40 postos de recarga no País. A BMW tem 41 postos. A marca já vendeu 200 elétricos i3 e híbridos i8 a preços entre R\$ 159 mil e R\$ 800 mil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: ‘Pré-sal é onde todo mundo quer estar’

Apesar do entusiasmo, presidente da Shell no País diz que não há um carimbo de qualidade válido para toda a área

O pré-sal brasileiro “é o lugar onde todo mundo quer estar”, afirmou ontem o presidente da Shell no Brasil, André Araújo, em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast. Apesar do entusiasmo, o executivo afirmou, no entanto, que não há um carimbo de qualidade válido para toda a área, numa demonstração de que a empresa tem na manga diferentes apostas para os blocos que serão oferecidos nos leilões de outubro.

Durante a conversa, Araújo repetiu enfaticamente as palavras oportunidade e competitividade ao tratar dos planos para o País. Ele defende, por exemplo, que a plataforma que produzirá o primeiro óleo de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, seja contratada ainda este ano, apesar da contestação na Justiça dos estaleiros nacionais, que acusam o consórcio responsável pela área de descumprir os compromissos de contrato de aquisição local.

Araújo disse ainda que “seria bom” se a Shell levasse a área contígua a Gato do Mato no próximo leilão. A primeira fase do projeto foi adquirida pela empresa em regime de concessão, mas, desde a descoberta de que o reservatório excede os limites concedidos, o projeto está parado. Por fim, a continuação de Gato do Mato foi incluída no leilão de pré-sal de outubro e o mercado, agora, aposta na Shell como principal interessada no ativo. Leia os principais trechos da entrevista:

Como a Shell classifica o momento atual da indústria petroleira no Brasil?

Nos últimos 12 meses, percebemos uma melhoria muito forte nos diálogos (com o governo). Conseguimos ter um bom diálogo sobre temas que não são novos: Repetro (regime fiscal aduaneiro), conteúdo local, unitização (áreas contínuas a outras já concedidas), rodadas de leilões. Então, é um momento positivo para o País e para a gente. A gente não quer perder boas oportunidades.

O pré-sal é competitivo em relação ao 'shale gas' americano?

A gente já sabe que não são todas as áreas de águas profundas que são competitivas. Ao mesmo tempo que, entre os não-convencionais, há setores nos Estados Unidos que estão progredindo bem e outros nem tanto. Não é o conceito de um ou outro. A gente sabe também que as melhores áreas de não-convencionais vão colocar uma pressão sobre o preço em águas profundas. O objetivo é estar à frente.

O pré-sal brasileiro ocupa qual posição dentro da Shell?

O pré-sal brasileiro, pela geologia, é o lugar onde todo mundo quer estar. É muito positivo. Mas não é todo igual. Sem entrar em detalhes, pela definição de bônus de assinatura (valor pago pelas empresas à União pelo direito de explorar e produzir na área) é possível ver a expectativa do regulador para cada bloco. Não há um bônus por metro quadrado. Depende muito da localização, da região, do que se espera daquele bloco.

Então o bônus de assinatura é um bom termômetro do que é mais promissor?

Não. Ali tem uma visão do regulador, que só mostra que o pré-sal não é um carimbo que diz que tudo é igual.

O lançamento de uma concorrência internacional para a contratação da plataforma de Libra provocou indignação na indústria nacional, principalmente, na naval, que levou o caso para a Justiça. Como a Shell, sócia no projeto, participa desse debate?

Ativamente, em todas as frentes. Primeiro colocando nossa posição sobre a importância da competitividade, de que projetos desse porte não se atrasem.

O cronograma para a extração do primeiro óleo em Libra em 2021 está mantido?

É possível, continuamos trabalhando com ele. Trabalhamos com prazos curtos, mas está dentro do factível.

A contratação da primeira plataforma acontece neste ano?

Ela precisa acontecer, porque não é só a plataforma. Tem uma sequência de contratações. Tem muita gente ansiosa batendo a nossa porta já querendo olhar os próximos contratos.

A Shell vai concorrer pela área contígua de Gato do Mato?

O ponto importante é: Gato do Mato precisa ter um dono do outro lado. Seria bom que fosse a gente. Mas o importante é que o projeto saia do freezer.

A Shell já declarou interesse em negócios de gás no Brasil. A empresa quer comprar os terminais de regaseificação e outros ativos de gás da Petrobrás?

A gente olha. Gás é uma prioridade para o grupo. E entendemos que é um momento de oportunidade no Brasil.

A recente entrada no segmento de comercialização de energia elétrica está relacionada a investimentos em usina térmica?

Não obrigatoriamente. Nosso conhecimento na área de comercialização de energia é forte. É muito recente para falar sobre isso, porque acabamos de receber licença da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) e agora estamos estruturando a parte comercial para começar a atuar.

Mas podemos esperar investimentos em energia elétrica?

Se propostas boas acontecerem. Dentro do escritório, meu foco é fazer a empresa ser competitiva. Fora, é fazer o Brasil ser competitivo. Brinco que um pedaço do meu salário deveria ser pago pelo governo brasileiro. Porque presidentes da Shell em mais de 60 países competem comigo. Dinheiro no mundo tem. Não é ilimitado, mas tem.

Há intenção de participar do gasoduto Bolívia-Brasil, com uma possível saída da Petrobrás?

Não é nossa prioridade participar do Gasbol. Temos olhado, eventualmente, suprimento de gás proveniente da Bolívia. Mas olhamos a molécula. Não é preciso ter a propriedade do Gasbol. Recentemente, tivemos uma reunião com o governo da Bolívia avaliando oportunidades de suprimento de gás. Nosso time vai olhar essa possibilidade.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Brasil

Autor:

Título: Ministro: "Mariana foi fatalidade"

O ministro das Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse, em Nova York, que o maior desastre ambiental da história do Brasil, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG), foi um “acidente” e uma “fatalidade”. Sem mencionar a responsabilidade da empresa Samarco na tragédia, ele afirmou que o desastre reforçou a imagem negativa da população brasileira em relação à mineração.

“Nós tivemos recentemente o desastre de Mariana, que não contribuiu, mas aquilo tem que ser encarado como foi, de fato foi um acidente. Nós temos que trabalhar para que outros não ocorram, mas, como uma fatalidade, você não tem controle sobre isso”, declarou a investidores reunidos num seminário sobre Brasil promovido pelo jornal Financial Times.

Coelho Filho disse à plateia que a mineração é uma atividade “malvista” pelos brasileiros. “Os nossos vizinhos Argentina, Chile, Peru, Colômbia se orgulham e promovem a atividade mineral”, observou, antes de se referir ao impacto do desastre de Mariana.

O ministro não mencionou a negligência da mineradora Samarco, responsabilizada pela tragédia em relatório da Câmara dos Deputados divulgado em 2016 e assinado pelo atual ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho.

O rompimento de uma barragem da companhia em 5 de novembro de 2015 provocou o vazamento de 62 milhões de metros cúbicos de lama, o que matou 19 pessoas, soterrou centenas de casas, deixou milhares desabrigadas e contaminou o Rio Doce.

Renca

Em sua apresentação aos investidores, o ministro também defendeu o decreto que extingue a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca). Assinado pelo presidente Michel Temer (PMDB) em agosto, a medida foi substituída por outra versão. Diante da persistência das críticas, o Ministério das Minas e Energia publicou portaria suspendendo os efeitos do decreto por 120 dias.

“Não estamos querendo mexer com área indígena nem com reserva ambiental”, disse Coelho Filho. “Foi este governo que, depois de quatro ou cinco anos de aumento no desmatamento da Amazônia, conseguiu reverter a curva e reduzir em 20% o desmatamento de 2016 a 2017.”

Segundo ele, a edição do decreto gerou debate sobre a legalização da exploração mineral que ocorre na Renca de maneira ilegal. Agora, ressaltou, o governo terá a possibilidade de resolver a questão em negociação com o Congresso.

Os números oficiais sobre a derrubada de florestas na Amazônia, de agosto de 2016 a julho de 2017, só serão divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente em outubro. A estatística mencionada por Coelho é da ONG Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) — que teve seus estudos questionados pelo governo quando eles indicavam expansão do desmatamento.

Os dados do Imazon indicam que houve redução de 21% do desmatamento nesse período. Mas eles também revelam que o resultado de julho foi semelhante ao registrado em igual mês do ano passado, o que pode indicar tendência de estabilidade ou de aumento do desmatamento.

“Nós tivemos recentemente o desastre de Mariana (...), mas aquilo tem que ser encarado como foi, de fato foi um acidente. Nós temos que trabalhar para que outros não ocorram, mas, como uma fatalidade, você não tem controle sobre isso”

Fernando Coelho Filho, ministro das Minas e Energia, sem mencionar a responsabilidade da Samarco na tragédia

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Marlla Sabino

Título: Usinas da Cemig vão a leilão

A Advocacia-Geral da União (AGU) derrubou, ontem, a liminar que impedia a realização do leilão das usinas de Jaguará, Miranda, Volta Grande e São Simão, operadas pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), cujas concessões acabam este ano. Na decisão, a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz, alegou que a suspensão provocaria grave lesão à ordem pública e prejudicaria o ajuste das contas públicas. Para ela, não há nenhuma ilegalidade nos procedimentos referentes ao leilão das usinas da Cemig.

A União espera arrecadar R\$ 11 bilhões com o negócio, montante considerado importante pelo Planalto para o reequilíbrio das contas e que já está computado como receita prevista para este ano. De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o leilão ocorrerá em 27 de setembro. A venda das usinas é um dos principais projetos do pacote de concessões do governo para cumprir a nova meta fiscal de 2017, de déficit de R\$ 159 bilhões.

Para o professor da Universidade de Brasília (UnB) José Matias-Pereira, especialista em finanças públicas, a decisão foi positiva, pois o pacote de privatizações e concessões proposto pela União é essencial para o cumprimento

da meta fiscal. “Veio em um momento oportuno. Estamos assistindo a um cenário preocupante, apesar dos sinais de melhora na economia e de crescimento na arrecadação nos últimos meses. Para cumprir a meta, será necessário muito esforço e economia”, avaliou.

Por meio de nota, a Cemig informou que não se manifestará sobre o assunto até o julgamento do mandado de segurança que está no Supremo Tribunal Federal (STF). A companhia mineira se opõe à abertura de concessão para outras empresas e argumenta que os contratos em vigor lhe garantem a renovação automática.

A renovação da concessão das hidrelétricas está ligada a uma disputa que se arrasta desde 2012. A Cemig foi uma das companhias que não aderiram na íntegra à Medida Provisória (MP) 579/2012, apresentada pela ex-presidente Dilma Rousseff. O governo federal ofereceu a renovação por 30 anos das concessões de usinas que venceriam entre 2015 e 2017 e fez algumas exigências em troca.

Para Ricardo Medina, advogado especialista em infraestrutura do L.O. Baptista Advogado, a medida da então presidente, que tinha objetivo de reduzir as tarifas de energia elétrica no país, gerou muita insegurança e instabilidade para os investidores do setor elétrico. “O que aconteceu, é que a Cemig não achou as regras favoráveis e não aceitou. Agora, com boatos de que o sistema de venda por cotas vai cair, eles voltaram atrás. O leilão acontecerá, a não ser que a companhia tire uma decisão judicial da cartola ou arremate o lote”, afirmou.

O leilão foi suspenso por meio de uma liminar da Justiça Federal, após ação popular feita pelo advogado Guilherme da Cunha Andrade, sem vínculo com a Cemig, que argumentou que o valor pedido pelo governo federal provocará uma “dilapidação” do patrimônio público mineiro. De acordo com os cálculos dele, os R\$ 11 bilhões estão abaixo do valor real das usinas. No recurso, a AGU alegou que “os cálculos apresentados pelo autor não possuem qualquer amparo legal e nem substrato documental que os acompanhem”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e Juliano Basile | Do Rio e Nova York

Título: Petrobras espera receber mais de US\$ 12 bi por cessão onerosa, diz MME

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, comentou ontem que a expectativa da Petrobras com relação à renegociação da cessão onerosa é de que a União pague à estatal um valor superior a US\$ 12 bilhões. O ministro,

contudo, não apresentou previsões ou estimativas do governo com relação ao processo.

De acordo com informações do ministério de Minas e Energia, ao ser questionado em entrevista concedida à agência de notícias Bloomberg se a União poderia pagar mais de US\$ 12 bilhões à Petrobras, Coelho Filho comentou que a expectativa da empresa seria maior do que a cifra dita.

"A discussão sobre a cessão onerosa ainda não está concluída. Logo, não há valor definido para ser pago", acrescentou o ministério, em nota, ao **Valor**.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, afirmou ontem que a empresa aguarda o governo para iniciar formalmente a renegociação da cessão onerosa e que espera concluir o processo o mais rapidamente possível. "Estamos aguardando o governo indicar os seus negociadores para que a gente possa começar o processo formal de negociação", disse ele a jornalistas, após participar de evento do Financial Times, em Nova York, "De nossa parte, estamos absolutamente preparados para começar e terminar o mais rapidamente possível essa negociação" completou.

Na última semana, o secretário de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis do ministério, Márcio Félix, afirmou, em evento no Rio de Janeiro, que o governo espera concluir a renegociação com a Petrobras até o fim do ano, para ser possível licitar no primeiro semestre de 2018, o volume excedente da cessão onerosa.

Félix reafirmou, na ocasião, que tudo indica que a estatal será credora no processo e que já está pacificado que, em confirmada essa condição, o pagamento pelo governo será em óleo. O secretário disse ainda que o volume de óleo e gás disponível na área da cessão onerosa é de pelo menos 10 bilhões de barris de óleo equivalente (BOE), considerando o volume de 5 bilhões que já são da Petrobras.

No evento em Nova York, Parente também contou que a Petrobras fará "tão logo seja possível" o IPO (sigla em inglês para oferta inicial de ações) da BR Distribuidora, principal ativo do plano de desinvestimentos da companhia. Ele reafirmou a meta de desinvestimentos da estatal, de US\$ 21 bilhões para o biênio 2017-2018 e lembrou que a empresa vai investir US\$ 75 bilhões entre 2017 e 2021.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Governo pensa em separar privatização da Eletrobras e nova regulação em duas MPs**

O governo considera publicar duas Medidas Provisórias (MPs) separadas para tratar da privatização da Eletrobras e da reforma do marco regulatório do setor elétrico, sendo uma em setembro e outra em outubro.

A primeira, que deve ter o texto concluído até o fim de setembro, deve tratar da modelagem da privatização da estatal, além de outras questões consideradas urgentes, como a proposta de solução para a judicialização relacionada ao risco hidrológico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês), disse **Paulo Pedrosa, secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME)**, que participou ontem do evento Brazil Energy Frontiers 2017, promovido pelo Instituto Acende Brasil.

Já o texto da MP que vai tratar da mudança do marco regulatório do setor elétrico, inicialmente previsto também para setembro, deve ficar para outubro, devido à necessidade de priorização das discussões sobre a Eletrobras. "A privatização da Eletrobras é um elemento importante no conjunto das melhorias das regras do setor", disse.

Primeiro, o MME está consolidando o movimento da privatização da Eletrobras, que vai exigir mudanças legais. "Isso fez com que a apresentação do marco legal [do setor elétrico] tenha sido adiada em uns 30 dias", afirmou Pedrosa.

Ainda não ficou decidido, porém, se serão de fato duas MPs separadas. Segundo Pedrosa, o ministro Fernando Coelho Filho deve bater o martelo sobre essa questão assim que retornar de uma viagem aos Estados Unidos.

Por enquanto, a pasta está discutindo as mudanças com os ministérios da Fazenda, Planejamento e com o PPI. "Já temos convergência [no MME], mas precisamos ter boa vontade e convicção dos outros ministérios também", disse.

Uma possibilidade, caso a medida provisória da Eletrobras seja separada e publicada antes, é que algumas questões mais urgentes da reforma do setor elétrico sejam incluídas nesse primeiro texto, como a solução para acabar com a judicialização do risco hidrológico.

Considerando a publicação do texto da medida provisória da Eletrobras neste mês e da reforma do setor em outubro, o objetivo do MME é concluir as

reformas no primeiro semestre do ano que vem. "É desafiador, mas trabalhamos para isso", disse Pedrosa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Andrea Jubé | De Brasília

Título: Presidente retoma agenda com deputados e libera emendas

De volta da viagem aos Estados Unidos, o presidente Michel Temer investirá em duas linhas de ação nos próximos dias: a articulação para arquivar o quanto antes a segunda denúncia do ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot contra ele; e o esforço simultâneo para descolar os bons resultados da economia da crise política. Temer vai redobrar o corpo a corpo com os deputados e mapear as insatisfações, que envolvem cargos e emendas não pagas.

Mas uma reforma ministerial está descartada antes de março, quando os ministros têm que deixar os cargos para se candidatar. Um levantamento prévio feito pelo **Valor** aponta que pelo menos 16 dos 28 ministros devem se desincompatibilizar para concorrer às eleições de 2018.

Esse número pode subir para 19 num cenário em que três dos principais auxiliares de Temer seriam candidatos: o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD), que se colocou como pré-candidato à sucessão presidencial. E os titulares da Casa Civil, Eliseu Padilha, e da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, ambos do PMDB. Neste momento, contudo, Padilha e Moreira descartam eventuais candidaturas.

Um auxiliar ressalva que só haverá uma reforma agora se o PSDB romper com Temer, mas esse não é o desejo da maioria da sigla. Alvo principal das queixas de parcela expressiva da base aliada, o ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy (PSDB), não será substituído. Às vésperas da mobilização do governo para análise da segunda denúncia, Temer preservará o articulador político, apesar dos protestos que partem, especialmente, das bancadas do PP, PR e PSD.

O líder do PP, deputado Arthur Lira (AL), disse ao **Valor** que se tornou uma voz quase isolada a se manifestar abertamente pelo afastamento de Imbassahy. "Ele não contribui em nada para o bom relacionamento com o governo". Lira invoca como exemplo o recente episódio que levou o vice-presidente da Câmara, Fábio Ramalho (PMDB-MG), a fazer críticas públicas ao tucano pelo suposto gesto de descortesia. "Ele deu as costas para o Fabinho", relata Lira.

Outras lideranças ouvidas pelo **Valor** reconhecem, em conversas reservadas, que há uma insatisfação generalizada com Imbassahy, que não convocaria os líderes para reuniões e sequer os convidaria para cafés. "Quem faz isso é o Michel [Temer]", relata um líder que pediu anonimato.

O líder do PSD, Marcos Montes (MG), relativiza esse descontentamento da base: "Por estar na linha de frente, Imbassahy transformou-se num paracheque, um anteparo das queixas dos aliados", resume. "Há insatisfação de uma parcela de deputados com o governo, mas acabam descontando no Imbassahy", explica.

Um ministro confirmou ao **Valor** que chegou a Temer a proposta para substituir Imbassahy por um nome do PMDB: o titular da Integração Nacional, Helder Barbalho. Nessa hipotética dança das cadeiras, o PP poderia reaver a pasta da Integração, que comandou no passado, enquanto o PSD retomaria o Ministério das Cidades, hoje com o PSDB.

Mas Temer não quer nem ouvir falar em se indispor com o PSDB. Por isso, nem Imbassahy nem outro auxiliar será substituído neste momento.

Temer agirá agora da mesma forma como atuou na articulação para suspender a primeira denúncia. Receberá os deputados em reuniões individuais, vai liberar emendas extraordinárias, além daquelas impositivas que já estavam prometidas, e redistribuir cargos de segundo e terceiro escalão.

Um foco de insatisfação já será liquidado na bancada do Solidariedade (14 deputados). O titular da Secretaria Especial de Agricultura Familiar, José Ricardo Roseno, apadrinhado do deputado Zé Silva (SD-MG), será substituído pelo secretário-adjunto, Jefferson Coriteac, que tem o respaldo de mais integrantes da bancada.

Do núcleo mais próximo de Temer, o presidente do PMDB e líder do governo no Senado, Romero Jucá (RR), confirma que mudanças no primeiro escalão do governo somente ocorrerão em março.

Quanto ao condutor da política econômica, foco das boas notícias do governo, um auxiliar presidencial disse ao **Valor** que Meirelles ainda avalia a eventual candidatura. Nesta hipótese, ele poderia se lançar com o apoio do governo e dos partidos do Centrão, liderados pelo PSD.

Mas o voo de Meirelles depende da consolidação da recuperação econômica, num cenário em que se confirme o PIB de 2018 projetado pela Fazenda, com um crescimento estimado entre 2% e 3%, além da retomada dos empregos.

Em outra frente, pelo menos dois auxiliares postularão uma vaga no Executivo estadual. O ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho (PMDB), disputará

o governo do Pará, enquanto o titular de **Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, é cotado para o governo de Pernambuco. Hoje no PSB, Fernando Filho migrará para o PMDB na primeira janela para troca de partidos, prevista para março.

Os outros 14 ministros concorrerão aos cargos de deputado federal ou de senador, conforme o Estado. Em Alagoas, por exemplo, o ministro dos Transportes, Maurício Quintella Lessa, do PR, pretende disputar uma vaga ao Senado com o colega de Esplanada, Marx Beltrão, do PMDB.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Flexibilização do conteúdo local divide opiniões de fornecedores

Um dos principais pleitos das petroleiras, a flexibilização da política de conteúdo local tem dividido opiniões na cadeia fornecedora de bens e serviços. Há semanas representantes dos principais setores da indústria, como os estaleiros, fabricantes de equipamentos e as empresas de serviços, tentam chegar a um posicionamento harmônico sobre a proposta da Agência Nacional de Petróleo (ANP), de reduzir os novos percentuais de nacionalização para os contratos vigentes. O consenso, no entanto, ainda segue distante.

A duas semanas da audiência pública que discutirá o assunto, a maior parte da cadeia fornecedora tem adotado uma postura mais agressiva de oposição à medida e ameaça judicializar a proposta da ANP de regulamentação do 'waiver' (pedido de perdão pelo não cumprimento dos índices de conteúdo local). Este é o caso, por exemplo, das associações que representam os segmentos de construção naval (Sinaval), máquinas e equipamentos (Abimaq) e siderúrgicas (Aço Brasil) - que contam com o apoio dos consultores de engenharia (ABCE), da engenharia industrial (Abemi), tubos (Abitam) e a Firjan e Fiesp.

O grupo defende que os novos percentuais da ANP são baixos e poderiam ser atendidos basicamente a partir da contratação de serviços. E propõe que os percentual mínimo de nacionalização de plataformas seja de 40%, ante os 25% propostos pela agência. O grupo também defende que haja uma separação entre índices mínimos para bens e para serviços e que as multas pelo não cumprimento dos novos percentuais sejam aumentadas, como contrapartida à flexibilização das exigências.

Abimaq e Sinaval veem a proposta da ANP como uma ruptura de contrato. E pregam que muitas multinacionais - como Rolls Royce, ABB e Dresser-Rand -

construíram novas fábricas no Brasil, na virada da década, atraídas pelas oportunidades do pré-sal e da política de conteúdo local.

"Um dos méritos do conteúdo local foi atrair multinacionais que venderiam de fora e que vieram se instalar no país para fornecer a partir daqui. E agora as regras, que atraíram essas empresas, mudam? Vamos até as últimas instâncias", disse o presidente da Abimaq, José Velloso, que também questiona as críticas de que os fornecedores de bens não são competitivos. "A política de conteúdo local existe justamente porque tudo o que é produzido pela indústria brasileira é menos competitivo do que os produtos de fora. É estrutural. Sem ela [política de nacionalização], corremos o risco de virarmos exportadores de petróleo e importarmos todos os equipamentos necessários para a produção", argumenta.

As críticas à flexibilização da política de nacionalização, contudo, estão longe de ser unanimidade. Entre os fornecedores de serviços, representados pela Abespetro, o entendimento é de que a proposta da ANP é válida para destravar os investimentos. O presidente da associação, José Firmo, defende que a política de conteúdo local deveria privilegiar os segmentos onde o Brasil possui maior vantagem competitiva.

"O mais importante, nesse momento, é que a atividade de exploração e produção de óleo e gás se recupere no país. Existe no Brasil um conteúdo local vocacional. São segmentos que são competitivos, como as áreas de serviços, construção de poços, fornecimento de equipamentos submarinos e integração de módulos de plataformas", afirma Firmo, que defende que mais vale uma política de nacionalização que destrave investimentos do que um conteúdo local de 100% para poucos projetos.

Segundo a consultoria Wood Mackenzie, a indústria nacional tem conseguido entregar percentuais de nacionalização de 60% no caso dos equipamentos subsea e de 55% na integração de módulos de plataformas. Exigências de conteúdo local global de 40%, para um projeto como um todo, no entanto, são impraticáveis.

Presidente da fornecedora Oil States no Brasil, Márcio Robles, acredita que, para além das mudanças no conteúdo local, o calendário plurianual de rodadas deve atrair novos investimentos para os próximos anos. A texana está construindo uma fábrica de equipamentos para o pré-sal, no Rio, e mantém seus planos de começar as operações da unidade em 2018, independente da flexibilização ou não da política de nacionalização.

"A mudança no conteúdo local não muda o nosso plano. Nossa decisão de construir a fábrica não foi baseada em exigências de conteúdo local. Se queremos um projeto bem executado, precisamos estar perto do cliente. É

muito menos custoso dar essa assistência local do que levar a demanda do nosso cliente para fora. Foi isso que pautou nossa decisão", explicou.

A flexibilização proposta pela ANP é válida para contratos vigentes, assinados desde 2005. As petroleiras terão a opção de manter as condições dos atuais contratos, com a garantia de recorrer ao "waiver" para obtenção de eventual perdão; ou optar pelas novas regras, com exigências menores, mas ficarem sujeitos a multas, sem possibilidade de "waiver".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Linhas da Abengoa serão relicitadas pelo governo

O governo trabalha na relicitação das linhas de transmissão que pertenciam à Abengoa e que tiveram as concessões cassadas, depois de quase dois anos de paralisação das obras. Segundo Paulo Pedrosa, secretário-executivo do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, o que deve ser licitado agora é "outro conjunto de ativos". "Alguns são semelhantes aos que eram da Abengoa, mas algumas linhas deixaram de ser necessárias por mudanças no setor", explicou, na Brazil Energy Frontiers 2017, promovida pelo Instituto Acende Brasil.

O Ministério de Minas e Energia (MME) assinou ontem a caducidade dos ativos, cujas obras estão paralisadas desde novembro de 2015, quando a controladora da Abengoa pediu proteção contra credores na Espanha. "A caducidade está dada. A Aneel vai seguir e executar as garantias da Abengoa", disse Pedrosa. A Abengoa entrou em recuperação judicial no Brasil em janeiro de 2016.

Não necessariamente todas as nove linhas da empresa serão relicitadas naquele mesmo formato. "Estamos olhando todo o desenho das linhas, é justamente esse o papel do planejamento, ver o que é importante", disse Luiz Barroso, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que também participou do evento. Ele lembrou que outras linhas de transmissão foram licitadas ao longo desse período. "Como a matriz do setor evolui de forma dinâmica, o planejamento tem que se adaptar", afirmou.

Segundo Barroso, o estudo sobre o desenho das linhas está bem encaminhado, e está passando por uma atualização, mas não é possível ainda falar quantos dos lotes serão mantidos. Se possível, a ideia é que a licitação seja feita ainda neste ano, junto do leilão de transmissão marcado para 15 de dezembro.

"É bastante urgente que as linhas saiam, elas são necessárias para escoar as renováveis do Nordeste", afirmou. Além disso, o atraso nas obras da Abengoa é

responsável por restrições de transmissão no sistema até 2022, 2023. "Se isso for equacionado, conseguiremos resolver essas restrições", disse.

Para Pedrosa, há "absoluta" segurança jurídica para licitar essas linhas antes mesmo de uma decisão sobre o mérito do processo da Abengoa na Justiça. Há leilões de transmissão programados para o fim deste ano e início do próximo, e os ativos deverão ser incluídos nessas disputas "de acordo com as necessidades do setor".

O vice-presidente da State Grid Brazil Holding, Ramon Haddad, explicou que a gigante chinesa vai esperar a definição sobre o desenho das linhas que serão ofertadas para resolver se vai demonstrar interesse nos ativos.

Sobre os contratos com fornecedores dessas linhas que tiveram as concessões caducadas, da ordem de R\$ 1 bilhão, Pedrosa explicou que se tratam de contratos privados e que não podem ter o custo repassado aos consumidores.

"Estamos consertando e recuperando o setor, mas não protegendo perdedores. Se alguém vendeu equipamentos a uma empresa que deu deságio de 40%, 50% num leilão, deveriam ter observado o risco, precificado aquilo e tomado providências num contrato de mercado. Entender que todas as perdas do setor serão levadas aos consumidores é inaceitável. Não vai mais acontecer", disse Pedrosa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Luísa Martins, Daniel Rittner Camila Maia e Rodrigo Polito | De Brasília, São Paulo e do Rio

Título: União vence no STJ, Cemig no STF e leilão é mantido para dia 27

Cemig e governo viveram ontem um dia perdas e ganhos na Justiça em torno do leilão das quatro usinas da estatal mineira marcado para quarta-feira. Pela manhã, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou liminar que impedia a realização do leilão. A decisão do tribunal atendeu pleito da Advocacia Geral da União, que havia recorrido da liminar do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A ministra Laurita Vaz, presidente do tribunal, destacou que o sobrestamento do leilão interfere gravemente no juízo de oportunidade e conveniência do governo, já que não foi verificada nenhuma ilegalidade nos procedimentos previstos para a disputa. Para ela, a suspensão significa "lesão à ordem pública, na medida em que os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, devendo prevalecer no interesse da coletividade", escreveu Laurita na decisão.

A derrubada da liminar foi considerada vitória do governo, que com o montante a ser obtido no leilão pretende tentar equilibrar as contas públicas. Laurita Vaz considerou que os R\$ 11 bilhões previstos de outorga já foram computados como receita prevista para este ano e que manter a liminar, que suspendeu a disputa, geraria prejuízo ao "urgente e necessário aumento da arrecadação", podendo comprometer o ajuste fiscal.

Procurada pelo **Valor** durante a tarde, a companhia informou que não iria comentar a decisão do STJ. "A empresa está aguardando o julgamento do mandado de segurança impetrado no STF, para suspender o leilão e voltar a negociar com o governo federal", afirmou em nota. E no início da noite, a Cemig pode comemorar uma vitória parcial. O ministro Dias Toffoli, do STF, suspendeu a decisão do TCU que proibia o governo de negociar com a elétrica permitindo a reabertura das negociações.

Uma medida do Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a suspensão das negociações entre a Cemig e o governo com relação a uma possível renovação da concessão das usinas. Para o TCU, a negociação direta é prejudicial à União e à sociedade, já que o leilão poderá gerar uma arrecadação maior que os R\$ 11 bilhões previstos pelo governo.

Sobre outro processo no STF, em que a Cemig reivindica a renovação automática da concessão de três das quatro usinas, **o secretário-executivo do ministério de Minas e Energia (MME), Paulo Pedrosa**, afirmou, porém, que o risco associado é "muito baixo", pois as decisões publicadas até o momento foram, em maioria, favoráveis ao governo. "Para o governo, é uma questão fundamental a efetização da receita do leilão", disse Pedrosa, explicando que isso é importante para o equilíbrio fiscal do país.

Em relação ao risco jurídico, Pedrosa afirmou que a privatização da Celg D também contava com questionamentos judiciais, que estão no STF até hoje, e que não impediram o sucesso da venda da distribuidora. "O mercado tem como avaliar e entender", disse. Segundo Pedrosa, há muitos compradores interessados nos ativos.

O professor Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFRJ, diz que a questão judicial não deverá afetar a atratividade do leilão. "A Cemig tem uma posição romântica sobre o assunto. A companhia está com dívida elevada e precisa vender ativos. E ainda assim quer comprar as usinas de volta", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes | Do Rio****Título: Vale espera rapidez e ganhos com centro de operação integrada**

O Centro de Operações Integradas (COI), inaugurado recentemente e anunciado oficialmente ontem pela Vale na mina de Águas Claras, em Nova Lima (MG), permitirá à mineradora ter mais rapidez para se adaptar às oscilações no mercado de minério de ferro. A estrutura vai possibilitar ajustes mais rápidos na produção e na qualidade dos produtos ferrosos vendidos, de forma a obter ganhos adicionais de margens no mercado à vista da commodity e nos contratos de curto prazo (até um ano).

Uma parcela importante das vendas da Vale se dá no mercado à vista e em operações de curto prazo. A mineradora tem ainda contratos de longo prazo com clientes. O objetivo da companhia é que o COI garanta ganhos de mais de US\$ 600 milhões por ano, a partir de 2020, considerando melhor realização de preços, aumento de produtividade e redução de custos. Parte desses ganhos serão obtidos já em 2017.

"O COI representa uma nova forma de trabalhar da Vale", disse Vagner Loyola, diretor da cadeia de ferrosos da mineradora. Nele, equipes de áreas distintas da empresa, como planejamento, produção e vendas, trabalham de forma integrada, apoiadas por soluções de tecnologia.

Além da equipe de 100 pessoas em Nova Lima, o centro conta com funcionários na China, Cingapura e Suíça

No COI, atuam mais de 100 empregados da Vale tomando decisões em tempo real, responsáveis pelas atividades de programação integrada, precificação e planejamento de vendas, navegação e distribuição, além das vendas propriamente ditas. Além da equipe situada em Nova Lima (MG), o COI conta com pessoas da Vale no exterior (Cingapura, China e Suíça).

O centro se insere na estratégia da empresa de privilegiar margens de ganho ao invés de volumes de vendas nas operações de minério de ferro, o principal segmento de negócio da companhia.

Uma das atribuições do COI é definir o mix (combinação) de diferentes produtos ferrosos para atender os clientes, as siderúrgicas. O centro também elabora os planos de estoque de mistura (blendagem) nos portos da Ásia (Malásia e China) e define a melhor alocação possível dos navios que transportam o minério produzido pela empresa.

Loyola citou um exemplo das vantagens do COI. Em junho, os descontos aplicados pelo mercado ao minério de ferro com alto grau de impureza (sílica) dispararam. Com esse cenário, a Vale reviu rapidamente o seu plano de produção do segundo semestre de 2017 e cortou 9 milhões de toneladas de produção e vendas.

Ao reduzir a produção de minas com alto teor de sílica, a empresa não só reduziu custos como também capturou US\$ 160 milhões com melhorias de preços no mercado.

"O COI nos permite reconfigurar rapidamente todo o planejamento e programação da cadeia [de minério de ferro] de modo a otimizar a margem dos nossos produtos e colocar ao mercado aqueles produtos nos quais o mercado [as siderúrgicas] estão mais interessadas", disse Loyola.

Em momentos de alta demanda, as siderúrgicas tendem a privilegiar a compra de minério de ferro mais rico como forma de aumentar a produtividade dos altos-fornos. Quando a demanda por aço cai, a necessidade por produtividade nas siderúrgicas não é tão necessária.

Loyola disse que essa é a primeira etapa de implantação do que a Vale chama COI Global, responsável pelo planejamento integrado de todos os sistemas produtivos, pela distribuição e vendas do minério de ferro produzido pela companhia.

Uma próxima etapa prevê a implantação do chamado COI dos sistemas produtivos, que vai atuar especificamente nos sistemas integrados da Vale formados por mina-ferrovia e porto. "Esse sistema vai cuidar da programação e controle da cadeia produtiva a curto prazo para garantir sua máxima eficiência."

Jânio Souza, gerente de inovação em TI da Vale, disse que um dos pilares do COI é o uso intensivo de tecnologia digital para promover a colaboração entre as equipes. Existe uma avaliação na Vale de que antes do COI cada área buscava atingir seus objetivos, mas sem uma integração com as demais áreas.

Sistemas foram desenvolvidos e aprimorados para melhorar o planejamento e a distribuição da produção. Souza citou o sistema APS, que define o que é onde produzir. O sistema reúne dados de capacidade e de custo da cadeia (minas, ferrovias, portos, navios e centros de distribuição). "Adaptamos esse sistema para trabalhar focando na margem [ao invés de volume]", disse Souza.

Outro sistema desenvolvido pela companhia foi o SOAN, que busca o melhor aproveitamento possível da frota de navios a serviço da Vale para obter o menor custo total de distribuição. No total, a Vale gerencia um fluxo de cerca de 300 navios, os quais estão em trânsito contínuo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: José Antônio Bicalho | Para o Valor, de Belo Horizonte****Título: Mineradoras reclamam de timidez das reformas legais**

Na principal mesa de discussão do 17º Congresso Brasileiro de Mineração, que termina hoje em Belo Horizonte, governo e mineradoras discutiram as mudanças regulatórias do setor em curso. Em debate acalorado, diretores jurídicos das empresas criticaram a timidez das três medidas provisórias que reformam o padrão legal da atividade. Por seu turno, representantes do **Ministério das Minas e Energia** defenderam que os avanços são "os possíveis" ante a crise política e o caráter transitório do atual governo.

As MPs foram publicadas pelo governo em julho e precisam ser votadas pelo Congresso até 28 de novembro para não perderem a validade. Elas tratam da criação da agência reguladora da mineração, da reforma do Código de Mineração e da nova estrutura de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), que na prática representará aumento do royalty que é pago pelas mineradoras para compensar danos ambientais e problemas sociais aos municípios e Estados.

As mineradoras reclamam que não é hora de aumentar custos tributários (apesar de a Cfem não ser, a rigor, um tributo), já que o setor atravessa fase de volatilidade dos preços internacionais das commodities minerais e enfrenta o acirramento da concorrência australiana no fornecimento de minério de ferro para a China. As mudanças tirariam competitividade das mineradoras brasileiras, que já arcam com custos de frete substancialmente maiores que suas concorrentes na Austrália (são 45 dias de frete oceânico entre o Brasil e a China, e 20 a partir da Austrália).

Minério de ferro passou de uma alíquota de 2% sobre o faturamento bruto para 2% a 4% de receita líquida

Especificamente sobre o minério de ferro, a MP prevê o aumento escalonado da alíquota da Cfem baseado na cotação internacional do minério. Ela iria de 2% a 4% da receita bruta das empresas menos o pagamento de impostos. Hoje, a alíquota é de 2% sobre a receita líquida.

"Virou lugar comum dizer que, no Brasil, se paga pouco royalty. Mas a Cfem não pode ser vista isoladamente da carga tributária que incide sobre o setor. Há países em que só se paga royalty, e aqui pagamos Imposto de Renda, Pis, Cofins e uma série de taxas", disse Renata Ribeiro, gerente global de Impostos da Vale.

Em relação às mudanças no Código de Mineração, as empresas reclamam da não inclusão de quatro pontos que consideram cruciais: a declaração da atividade de mineração como de utilidade pública, para dar segurança jurídica aos regimes de desapropriações ou servidão de áreas; estabelecer que a concessão de lavra pode ser oferecida como garantia de empréstimos para financiamento da atividade; reconhecer a legalidade das operações de crédito com pagamento vinculado à produção futura; e a permissão para que todo tipo de contratação, inclusive de créditos, possa ser incluída no "registro mineral", para dar garantia jurídica ao contratado em caso de mudança do titular da concessão.

"Precisamos de reconhecimento jurídico para práticas consagradas de mercado. Contratos (garantidos) por royalty, por exemplo. O financiador, que empresta dinheiro, e tem direito a um percentual da produção futura da mina, precisa estar garantido em caso de transferência da titularidade da concessão", disse ao **Valor** Carlos Vilhena, do escritório Pinheiro Neto Advogados

Vicente Lôbo, secretário de Geologia e Mineração do Ministério de Minas e Energia, admitiu que as MPs "não são perfeitas e não contemplam todos os pleitos do setor", mas defendeu que as peças trazem os avanços possíveis de serem aprovados pelo Congresso.

"O código (de Mineração) foi discutido durante quase cinco anos no Congresso sem chegar a uma definição real e objetiva. Eu cheguei há um ano e dois meses. E esse governo terá apenas dois anos. Era necessário haver definição quanto ao código mineral, era premente transformar DNPM em agência reguladora, era preciso tratar a questão dos royalties", defendeu Lôbo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Propostas parlamentares ameaçam criar obstáculos ao setor

Mudanças no setor de mineração propostas por parlamentares e que estão em estudo no Congresso ameaçam criar obstáculos ao setor e reduzir a competitividade das empresas. Essa é a avaliação das mineradoras e do próprio **Ministério das Minas e Energia**.

Em julho, o ministério encaminhou ao Congresso três medidas provisórias que tratam de mudanças no setor. Os textos receberam 492 emendas de parlamentares. A maioria delas, contrárias aos interesses do setor, segundo um estudo feito pelas áreas jurídicas de mineradoras, escritórios de advocacia e entidades setoriais.

De todas as emendas enviadas ao Congresso, 288 (58%) delas são consideradas negativas pelas empresas; 116 (24%), convergentes com os interesses do setor; e 18% de efeito neutro.

Uma das medidas provisórias, a 789, trata da elevação de alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) paga pelas empresas; outra, a 790, trata de mudanças no código de mineração; e a última, a 791, da criação de uma agência regulatória do setor.

A medida provisória que mais recebeu emendas foi a que propõe alterações no código. Foram 250 emendas, das quais as empresas consideraram 155 negativas a seus interesses.

Solange Costa, do departamento jurídico da Vale, disse ao **Valor** que os autores da maioria das emendas "pesaram muito na mão" nas questões financeiras, de sanções, ambientais e que aumentam a burocracia para o setor. Solange participou do grupo de análise das emendas.

Para o advogado Fernando Scaff, especialista na área mineral e crítico de vários pontos das MPs elaboradas pelo governo - sobretudo a que aumenta a cobrança da Cfem -, as emendas podem tornar os textos ainda mais negativos para o setor. "No Congresso pode piorar", disse ele. "A chance de piorar é real."

Solange e Scaff participaram de um debate sobre as MPs ocorrido ontem no 17º Congresso Brasileiro de Mineração, em Belo Horizonte.

O secretário de Geologia do Ministério das Minas e Energia, Vicente Lôbo, que também esteve no evento, afirmou que há várias emendas que são "paralisantes" da mineração brasileira.

Veterano do setor e um dos diretores do Ibram, entidade que reúne as mineradoras, Marcelo Tunes disse que o setor apresentou, por meio de parlamentares, cerca de 30 emendas às MPs.

O Congresso tem até 28 de novembro para aprovar as medidas provisórias. Se não o fizer, elas caducam e perdem a validade. Lôbo considera que isso seria um "retrocesso" para o setor. Para Solange Costa, da Vale, há o risco de as medidas não serem votadas a tempo em função da pauta congestionada e do Congresso e de outras prioridades do governo.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio****Título: Petrobras vai analisar recondução de Elek**

O conselho de administração da Petrobras pretende analisar a recondução de João Elek Filho para a diretoria de governança e conformidade da companhia, assim que a empresa for comunicada oficialmente da decisão da Comissão de Ética Pública da presidência da República, que reviu a advertência aplicada ao executivo no fim de agosto e arquivou o processo.

"A pronta deliberação da Comissão de Ética Pública é muito bem-vinda e permitirá que o conselho de administração volte a avaliar o assunto tão logo a empresa seja comunicada oficialmente e conheça o inteiro teor da decisão", informou a Petrobras, em nota ao **Valor**.

Em reunião na segunda-feira, a CEP decidiu, por maioria de quatro votos a dois, acatar o pedido de reconsideração feito por Elek Filho, para arquivar a denúncia e tornar sem efeito a advertência aplicada anteriormente.

O diretor havia sido temporariamente afastado do cargo pelo conselho da Petrobras, após a CEP ter aplicado advertência ao executivo, por ter autorizado, no fim de 2015, a contratação, sem licitação, da Deloitte, consultoria em que a filha de Elek participava de um processo de disputa por uma vaga de emprego.

De acordo com informações da Petrobras, a filha de Elek foi contratada pela Deloitte para posição iniciante por meio de processo seletivo competitivo que durou de setembro de 2015 a março de 2016. No mesmo mês de março, o próprio diretor comunicou à comissão de ética da Petrobras que sua filha havia sido contratada.

Elek ocupava a diretoria de governança e conformidade desde fevereiro de 2015 e era o membro mais longo da atual diretoria da estatal. Entre suas atribuições estava a decisão sobre a inclusão ou retirada de empresas da lista de bloqueio cautelar imposta pela petroleira no fim de 2014 às companhias citadas na Lava-Jato.

O mandato de Elek termina em 2018, mas pode ser renovado. Ele é o único diretor com cargo "blindado" na Petrobras - só pode ser destituído com aprovação do conselho de administração.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor:****Título: Curta**

Ultrapar investe

O conselho de administração da Ultrapar aprovou um orçamento adicional de investimento em 2017 de R\$ 355 milhões para oportunidades de expansão da rede Ipiranga, subsidiária do segmento de combustíveis da companhia. Além disso, foi aprovada a realocação da verba de R\$ 123 milhões, originalmente destinada a aquisições pela Ultrapar, para compor o investimento total das atividades operacionais da Ipiranga em 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Patrick McGee e Simon Mundy | Financial Times****Título: Thyssen e Tata unem divisões siderúrgicas**

A alemã Thyssenkrupp e a indiana Tata Steel uniram suas operações na Europa, em um negócio que criará a segunda maior produtora de aço do continente, atrás apenas da ArcelorMittal.

Após mais de um ano de negociações, as duas companhias divulgaram um memorando de entendimento na manhã de ontem, semanas após a Tata ter eliminado um importante obstáculo ao concordar com as autoridades reguladoras do Reino Unido a estabelecer um esquema previdenciário separado para suas operações britânicas.

O acordo prevê a criação de uma joint venture meio a meio que produzirá sinergias anuais de até € 600 milhões. O grupo, que se chamará "Thyssenkrupp Tata Steel", será administrado por meio de uma companhia holding enxuta que terá sede na Holanda - sede da unidade de Ijmuiden da Tata, tida como uma das mais eficientes da Europa e há muito cobiçada pela Thyssenkrupp.

O lado holandês está localizado a cerca de 200 km da unidade siderúrgica da Thyssenkrupp na Alemanha, em Duisburg, que poderá servir para reduzir os custos via trabalho conjunto.

Os dois grupos disseram que esperam assinar um acordo formal no começo de 2018 para conclusão até o fim do ano, dependendo das aprovações reguladoras,

após um período de "devida diligência" para exame da contabilidade das duas empresas.

A nova companhia resultante da fusão vai gerar vendas "pro forma" de € 15 bilhões, terá cerca de 48 mil funcionários em 34 locais e embarcará 21 milhões de toneladas de aço por ano. Cerca de 2.000 empregos na administração e 2.000 na produção serão eliminados, cortes divididos igualmente entre os dois grupos. As duas companhias disseram que a rede de produção será revista em 2020 "com o objetivo de integrar e otimizar a estratégia de produção".

Heinrich Hiesinger, executivo-chefe da Thyssenkrupp, disse que a fusão oferecerá às duas companhias um futuro sustentável e lhes permitirá enfrentar as mudanças estruturais que o setor siderúrgico vem enfrentando com o excesso da capacidade de produção.

"Não implementaremos nenhuma medida na joint venture que não adotaríamos para nós mesmos", disse Hiesinger. "Pelo contrário. Ao combinar nossas atividades siderúrgicas, as dificuldades para cada parceiro serão menores do que seriam para cada um separadamente."

A indústria siderúrgica passa por um período difícil depois do colapso dos preços do aço por causa do excesso de oferta provocada pelo grande volume de exportações baratas chinesas.

Segundo o UBS, a lucratividade por tonelada entre as siderúrgicas da Europa caiu do pico de € 215 antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, no terceiro trimestre de 2008, para € 46 por tonelada no primeiro trimestre de 2016. Este ano, a lucratividade esteve em torno de € 83 a tonelada.

Para a Thyssenkrupp, o negócio é uma oportunidade para separar o volátil negócio da produção de aço de suas operações com bens de capital, que são mais lucrativas e incluem a fabricação de elevadores, submarinos e autopeças.

Para o grupo indiano, o anúncio acaba com as incertezas em torno de suas operações no Reino Unido, surgidas em março do ano passado, quando a companhia disse que iria tentar se desfazer dos negócios após uma série de grandes prejuízos. Essa decisão foi tomada sob o comando de Cyrus Mistry, demitido do cargo de presidente do conselho de administração da holding Tata Sons em outubro.

Seu sucessor, Natarajan Chandrasekaran, disse ontem que a Tata Sons agora vai apoiar a expansão da Tata Steel no mercado doméstico indiano. Koushik Chatterjee, diretor-executivo da Tata Steel, disse que a união possibilitará "uma desalavancagem significativa" do balanço da Tata Steel.

Os analistas estão apoiando o negócio. Na Berenberg de Londres, Alessandro Abate disse que se a Thyssenkrupp formalizar o acordo de fusão e se tornar uma fabricante pura de bens industriais isso representará "um das mais complexas reviravoltas corporativas da história do setor siderúrgico da União Europeia".

Para a Tata, acrescenta Abate, será "uma saída gloriosa daquele que provavelmente foi o mais doloroso acordo de fusão e aquisição da história da União Europeia", uma referência à sua aquisição da Corus em 2007 - um negócio inoportuno de 6,7 bilhões de libras que levou a Tata do posto de 56ª maior companhia de aço do mundo para a sexta posição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Total quer ser grande em gás natural no país

Em meio às discussões sobre o novo marco regulatório do setor, a francesa Total pretende se posicionar no mercado brasileiro de gás natural nos próximos anos, disse ontem o diretor-geral da petroleira no Brasil, Maxime Rabilloud. A companhia se prepara para começar a produzir, nos próximos meses, seus primeiros barris de óleo e gás no país.

"Minha aposta é que o Brasil, se tiver uma política permitindo o desenvolvimento do mercado, vai ter muito gás. E a Total, obviamente, quer se posicionar", afirmou, durante palestra na Firjan.

A petroleira estreia este ano na atividade de produção de óleo e gás no país, por meio de dois projetos: além do início do teste de longa duração de Libra, onde detém 20% de participação, a expectativa da companhia é concluir em breve a aquisição dos 35% do campo de Lapa, também no pré-sal da Bacia de Santos - projeto que marcará a entrada da empresa na operação no pré-sal.

O principal ativo operado até então pela companhia no Brasil era a descoberta de Xerelete, na Bacia de Campos. Ao ser questionado sobre o futuro do projeto, o executivo afirmou que o cenário de preços do barril do petróleo, atualmente, dificulta o desenvolvimento de produção, mas que a Total tem trabalhado para buscar alternativas para viabilizar o projeto.

"Xerelete é uma jazida de tamanho razoável, não é gigante, e tem grandes desafios, em águas ultraprofundas, com viscosidade não muito alta. Tem desafios técnicos para desenvolvimento num patamar de óleo de hoje. Estamos trabalhando para chegarmos a um equilíbrio [para o desenvolvimento do projeto]" disse Rabilloud.

Ele elogiou a proposta da Agência Nacional de Petróleo (ANP) de retroagir os novos percentuais de conteúdo local (mais baixos) para os contratos vigentes - o que pode ajudar a destravar investimentos. O executivo destacou que projeções de mercado indicam que, se confirmada, a flexibilização de nacionalização pode reduzir em cerca de US\$ 7 o "breakeven" (preço mínimo do barril necessário para viabilizar economicamente um projeto) dos ativos brasileiros.

"É muito [a mudança]. Contribui para destravar investimentos", afirmou. "Se a visão do conteúdo local fosse só filantrópica, teria um efeito apenas momentâneo. O que queremos é uma coisa virtuosa. Se formos buscar algo [percentuais] acima da capacidade [de fornecimento da indústria], não vamos tirar nada de ninguém", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Chrystiane Silva e Juliana Machado | De São Paulo

Título: Bolsa bate 76 mil pontos apesar de Fed

Em um dia em que a pressão por realização de lucros e a reunião de política monetária do Fed (banco central dos EUA) pesaram sobre o mercado financeiro, o Ibovespa conseguiu subir um pouco e fechar a sessão pela primeira vez acima de 76 mil pontos, batendo novamente seu recorde histórico. O índice chegou a cair mais de 1% durante o pregão, em um movimento de realização de lucros, uma dinâmica considerada natural pelos investidores depois das altas recentes da bolsa.

Durante o dia, o Ibovespa chegou a seu menor patamar, de 75.074 pontos, logo depois que o Fed concluiu sua reunião e sinalizou que pode elevar os juros em dezembro, além de anunciar que vai começar a reduzir o balanço da instituição a partir de outubro. "A elevação dos juros americanos neste ano não estava totalmente no preço dos ativos", afirma Christian Laubenheimer, gestor da Platinum Investimentos.

O economista da Guide Investimentos, Ignácio Crespo, diz que embora se fale em uma normalização gradual do balanço do Fed, os investidores perceberam um tom mais "hawkish" (inclinado à redução de estímulos) do Fed. Para o gerente da mesa de operações da H.Commor DTVM, Ari Santos, essa queda do Ibovespa também ocorreu porque, depois de várias altas, alguns papéis abriram espaço para realização de lucros e troca de posições. "Mas a avaliação ainda é positiva com a economia interna, o que sustenta o mercado", diz.

Mas logo depois de registrar a maior queda do dia, o Ibovespa retomou um movimento de recuperação e fechou a sessão com leve alta de 0,04% aos

76.004 pontos. Com esse resultado, o índice acumula alta de 7,3% no mês. O giro financeiro foi mais uma vez bastante robusto, de R\$ 12,22 bilhões, sendo que 10% desse montante equivalem ao movimento com ações preferenciais da Petrobras, uma das responsáveis pela recuperação do índice.

As ações preferenciais da petroleira subiram 4,82% e registraram o maior volume financeiro do Ibovespa, de R\$ 1,23 bilhão. Na terça, essas ações movimentaram R\$ 539,40 milhões. As ações ordinárias da Petrobras subiram 3,8%. O movimento foi provocado pela alta do petróleo - os contratos futuros tipo Brent subiram 1,70% a US\$ 55,65 o barril, além de novas informações sobre a cessão onerosa da companhia.

Em entrevista à agência "Bloomberg", **o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**, afirmou em Nova York que o governo considera razoável que o pagamento da União à Petrobras referente à cessão onerosa seja de US\$ 12 bilhões. Ele também disse que a estatal gostaria de um valor ainda maior e que, portanto, o pagamento poderia superar esse patamar. Neste momento, as ações da Petrobras aceleraram o movimento de alta.

Mais tarde, a assessoria de imprensa do ministro informou que ele não previu ou estimou que a União poderá pagar mais de US\$ 12 bilhões à Petrobras. A assessoria informou que esse valor "reflete a expectativa da Petrobras" e acrescentou que "o ministro comentou que a expectativa da Petrobras era maior do que isso. Mas não citou números". O presidente da empresa, Pedro Parente, disse que quer concluir as questões envolvendo a cessão onerosa o mais rapidamente possível.

Outra ação com destaque de alta foi o papel preferencial classe A da Braskem, que subiu 6,70%, a maior do Ibovespa. A empresa deve anunciar em breve a decisão de converter suas ações preferenciais em ordinárias. Entre as ações com desempenhos negativos, chamaram atenção as ordinárias da Vale e os papéis do sistema financeiro. As ações da mineradora recuaram 2,21%. Entre as ações dos bancos, a maior queda ficou com as preferenciais do Itaú Unibanco, que recuaram 1,05%. Por serem mais líquidos, esses papéis são preferidos para realização de lucros.

Mesmo com as oscilações durante o pregão, a trajetória de curto prazo para a bolsa de valores continua sendo positiva. Para o economista Álvaro Bandeira, da Modalmais Homebroker, enquanto houver o ingresso de recursos para o mercado de ações, a tendência continua positiva. "É preciso haver um equilíbrio entre a saída de recursos com a realização de lucros e a entrada de dinheiro com a compra de novas ações", diz.

MME / ASCOM .